

# **SUPERNANNY E AS PRÁTICAS COTIDIANAS DE PROFESSORES: ANALISANDO AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS**

Daniela Borges Silva

daniborges\_2@hotmail.com

Eliane Moraes

Sarah Enedina Vieira

Carolina de Aragão Escher Marques (FAJ)

Conflitos interpessoais na instituição educativa: intervenções, mediação e procedimentos de educação moral

O presente trabalho teve como objetivo analisar a influência do programa *Supernanny* nas práticas docentes, assim como identificar suas prováveis conseqüências para o desenvolvimento moral, de acordo com a perspectiva piagetiana. Para tanto, foram aplicados questionários em 35 professores da rede pública e privada da região metropolitana de Campinas/SP após a exibição de trechos selecionados de episódios referentes aos principais procedimentos utilizados pelo programa: colocação de regras, elaboração da rotina, estratégias para expressão de sentimentos e emprego de sanções / recompensas. Os professores responderam se concordavam com o procedimento, se já o utilizaram em sala de aula e se os objetivos foram alcançados. Os dados coletados foram analisados qualitativamente e indicam que os professores possuem uma crítica bem elaborada do programa, principalmente com relação à efetividade duradoura dos resultados relacionados ao emprego de sanções e recompensas. Pautam-se na participação ativa dos alunos na construção das regras e rotinas, priorizando a expressão de sentimentos e o respeito às opiniões.

**Palavras-chave:** desenvolvimento moral; práticas docentes; teoria piagetiana

## **INTRODUÇÃO**

Para Piaget (1994), a autonomia moral é a capacidade de decidir e agir por si mesmo, acatando as conseqüências de seus atos, escolhendo suas normas e valores, fazendo projetos e tomando decisões. Seu desenvolvimento não se dá por meio da transmissão de valores através de censuras, sermões e discursos,

---

<sup>1</sup> As informações foram retiradas do site da emissora SBT – <http://www.sbt.com.br/supernanny/>

mas, sim, pela interação da criança em um ambiente sociomoral cooperativo em que a justiça, o respeito mútuo, o diálogo, a igualdade e demais valores, estejam presentes e sejam vivenciados de forma a tornarem-se, paulatinamente, parte das ações do futuro adulto.

A criança nasce na anomia. Sendo assim, quando bebê, ainda não sabe nada sobre valores, regras, não sabe o que é certo ou errado. Quando chega a heteronomia, a criança já sabe o que é certo ou errado, e ingressa no mundo da moral, das regras, submete-se a pessoas que detém o poder, considerando que o que é certo é obedecer às ordens. É nesta fase de desenvolvimento que a criança necessita das regras que são impostas pelos adultos como referência para que possa se sentir segura, protegida, amada. Com o desenvolvimento saudável deste processo, a criança pode, mais tarde, construir suas próprias regras, fazendo acordos e respeitando limites. Para o autor, toda criança precisa vivenciar relações de cooperação, num ambiente de respeito mútuo, embasado na afetividade, para que durante seu desenvolvimento possa fundamentar-se no respeito mútuo e, com isso, vir a construir princípios e valores, tornando-se, assim, um indivíduo autônomo.

De acordo com Vinha e Cols (2009), citando Piaget, a criança tem um papel ativo na construção de seus valores, que se formam a partir da interação dela sobre o meio e do meio sobre ela. É o conjunto de fatores como família, amigos, escola, etc., que contribui para este processo, a partir da experimentação, vivência, aprendizagem e interação. Menin (1996) mostra que para Piaget é especialmente importante que a criança experimente um ambiente com relações cooperativas, em que são estabelecidas trocas equilibradas com os pares. Estas trocas nem sempre se dão de forma concordata e podem, muitas vezes, suscitar debates, o que se faz necessário para que ocorra gradativamente a descentração e a diminuição do egocentrismo. Assim, aos poucos, a criança se dá conta que cada um pensa de um jeito e começa, então, a considerar o que sai do outro. Essas trocas são de grande importância, uma vez que são diferentes das relações não recíprocas entre crianças e adultos.

Segundo La Taille (2001 apud VINHA e COLS, 2009), uma pessoa pode ser considerada moralmente autônoma quando, independente do contexto social em que ela se encontra e das exigências que a cercam, mantém seus princípios básicos de moral, pois estes emergem de sentimentos internalizados que o impulsionam a considerar os limites e necessidades dos que o cercam. Kamii (1981) exemplifica esse conceito ao afirmar que existe uma considerável diferença quando um indivíduo deixa de roubar ou de contar uma mentira por medo de ser descoberto, e quando ele deixa de fazer isso por que tem consciência de que aquele objeto não o pertence, ou de que deseja manter uma relação de confiança com as pessoas, e por isso, não deve mentir.

Quando se obtém um desenvolvimento moral bem sucedido, a criança passa a ter um autocontrole, não sendo mais necessário um olhar externo, pois é uma questão em que já não é mais obrigatória a obediência às normas, e, sim, a compreensão da mesma (KAMII, 1981).

Segundo Mantoan (2002), autonomia não significa ser libertino, mas sim governar-se sabendo decidir por si mesmo, agindo de forma a voltar-se para o bem comum, considerando os limites e direitos do outro. Para Vinha, Basseto, Vicentin e Ferrari (2009), quando a criança tem a possibilidade de expressar seus sentimentos e emoções, ela desenvolve um autoconhecimento e, quando tem seus sentimentos reconhecidos, possivelmente será mais sensível ao sentimento do outro. Dessa forma, para Mantoan (2002), gradualmente a criança deixa de ser egocêntrica e aprende a descentralizar o comportamento de si mesma, passando a considerar os objetos e pessoas que estão a sua volta. À medida que a criança consegue fazer este movimento, ela se encaminha para o desenvolvimento natural do ser humano, tornando-se livre e solidária. A escola possui papel fundamental neste processo. De acordo com Bronfenbrenner (1996), é na escola que a criança está inserida durante boa parte da sua infância e juventude, o que faz desta uma instituição essencial na vida do indivíduo em desenvolvimento, pois é lá que o indivíduo cria as principais relações sociais além da família.

Segundo Menin (1996) todas as escolas influenciam na formação moral de seus alunos, mas nem todas o fazem na direção da autonomia. Ao contrário, a fim de buscar disciplinar seus alunos, as escolas tendem a perpetuar a heteronomia como forma de garantir a obediência, na medida em que mantêm uma relação coercitiva entre professor e aluno, proíbem as trocas entre os alunos, priorizam atividades individuais, impõem regras dando a elas excessivo significado, dentre outras ações. Ainda segundo a autora, as regras geralmente são impostas aos alunos, negando a eles a participação em sua elaboração e o entendimento de seus princípios e de suas funções reais.

Vinha e Tognetta (2009) retomam que é a qualidade das relações que se estabelecem nos ambientes sociais em que a criança interage que resulta no adequado desenvolvimento moral. Dentre as experiências de vida social em que a criança aprende a viver em grupo, a escola apresenta-se como local privilegiado ao desenvolvimento de uma moral autônoma.

A escola pode oferecer relações democráticas que se baseiam no respeito mútuo, na cooperação, em que a criança tenha oportunidade de fazer suas escolhas, tomar decisões e expressar-se livremente, extinguindo as sanções expiatórias e de recompensas. Um ambiente cooperativo pode ser entendido como um espaço democrático, onde a criança seja respeitada pelo adulto, participando ativamente dos processos de tomada de decisão. A partir da relação de respeito mútuo na relação adulto/criança, esta poderá sentir-se como um agente efetivo na organização das regras e na tomada de decisão da sala de aula, o que facilita no reconhecimento e respeito às regras (ARAÚJO, 1996).

Segundo Nakaiama (1999) e Vasconcelos (2005, apud VINHA e TOGNETTA, 2009), problemas como violência contra profissionais e contra colegas, furtos, desrespeito à autoridade e às regras, bullying, agressões verbais e físicas estão ficando cada vez mais graves e o professor vê-se impotente e despreparado para lidar com situações como essas, e, como medida

emergencial, acaba intervindo com contenção, punição, ameaças, exclusão, entre outros.

A escola pode, através de ações concretas, buscar a desconstrução dessa violência ao englobar a participação das crianças na construção das regras, estimular a autonomia moral e intelectual das crianças, incentivar a participação efetiva destas em todas as atividades que exijam sua participação. Segundo La Taille (1996), esta participação ativa pode evitar que as disciplinas e regras da escola sejam entendidas como uma imposição ou como algo maçante, desagradável e obrigatório. Ao contrário, quando as crianças participam da construção das regras, elas se reconhecem nas mesmas e tem um entendimento melhor da necessidade de respeitá-las.

Breve descrição sobre o programa *Supernanny*: A televisão exibe programas do tipo “reality show”, apoiados na vida real, que se propõem a ajudar os pais a enfrentar os conflitos com seus filhos e as situações de indisciplina e desrespeito, tais como: crianças que gritam constantemente, que querem ter suas vontades satisfeitas na hora, que agredem física e verbalmente, que enfrentam os pais quando estes os contrariam, etc.

Esses programas visam orientar os pais e buscam demonstrar – através de cenas verídicas – que as situações difíceis, vividas no ambiente familiar, podem ser mudadas. Com o uso de alguns procedimentos, os pais podem obter o “controle da situação” e melhorar a relação com seus filhos.

Esse tipo de programa vem agradando aos telespectadores e gerando satisfatórios índices de audiência. O canal aberto SBT exibe o programa *Supernanny*, em que a *nanny* Cristina Poli assiste a uma gravação, contendo o registro de conflitos e o depoimento dos pais diante das dificuldades enfrentadas no processo de educar as crianças. Na casa da família, a *nanny*, em poucos dias, observa, socializa suas observações (com o casal), introduz alguns métodos para intervir nas situações-problema, se ausenta para que os pais possam colocar os procedimentos em prática sem a sua supervisão, assiste a uma gravação do dia a dia da família durante a sua ausência, retorna à casa da família, reúne-se

com o casal para assistir a trechos da gravação, faz comentários sobre o desempenho dos pais e, quando necessário, retoma as orientações ou introduz outras.

Observa-se que o programa tende a ensinar aos pais e a outros telespectadores, formas de agir diante das situações que fazem parte do cotidiano familiar. Os pais são orientados a exercerem sua autoridade, de forma a conseguir a obediência dos filhos e a melhoria das relações familiares. As intervenções focalizam os problemas do presente, buscando resultados rápidos e eficazes (VINHA; BASSETO; VICENTIN; FERRARI, 2009).

Ao vislumbrar a repercussão que esse programa tem nos jornais, revistas e internet, nos questionamos sobre o tipo de educação que está sendo proposta e as prováveis influências na formação moral das crianças. Ou seja, será que esses procedimentos, utilizados com frequência, favorecem o desenvolvimento da autonomia, da autoregulação? E vamos além, será que os professores estão sendo influenciados por estas práticas nas salas de aula?

Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar, descrever e analisar a influência do programa Supernanny nas práticas cotidianas de professores para conseguir obediência e melhoria das relações sociais, assim como analisar as prováveis conseqüências dessa influência para o desenvolvimento moral das crianças, de acordo com a perspectiva construtivista piagetiana.

## **MÉTOD**

Para a coleta de dados foram aplicados 28 questionários em professores da Educação Infantil II e Ensino Fundamental I da rede pública e particular de ensino da região metropolitana de Campinas/SP. O questionário foi aplicado após a exibição de trechos selecionados de alguns episódios do programa Supernanny, exibido no canal aberto do SBT. Os trechos selecionados referiam-se aos 4 principais procedimentos utilizados pelo programa: colocação de regras,

elaboração da rotina, estratégias para expressão de sentimentos e emprego de sanções/recompensas.

Após assistirem aos vídeos individualmente, os professores responderam, para cada um dos procedimentos, se concordavam ou não com o procedimento empregado, se já o utilizaram em sala de aula e se os objetivos esperados foram alcançados. Os dados coletados foram analisados qualitativamente a partir do método de Análise de Conteúdo. Este método implica em categorizar os dados, fazendo recortes das verbalizações dos sujeitos, buscando-se assim, estabelecer relações que viabilizem a compreensão e interpretação dos dados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da análise dos dados, as respostas versaram sobre: importância das regras para o desenvolvimento infantil, necessidade da construção coletiva das regras, importância da coerência entre família e escola na construção das regras, importância da rotina como fonte de segurança para as crianças, importância da apresentação e discussão da rotina com as crianças, importância da criação de estratégias específicas para a expressão de sentimentos, compreensão de que algumas sanções e recompensas concretas incentivam bons comportamentos, porém não possuem efeito duradouro.

De acordo com os relatos dos participantes, as regras são fundamentais para o desenvolvimento infantil, uma vez que ajudam a estabelecer parâmetros de boa convivência e organizam a interação das crianças com o meio social em que vivem.

Segundo Vinha (2000), para se viver em sociedade, de fato, é necessário que haja limites, em sua rotina diária, é impossível que uma criança viva sem regras. Para a autora é fundamental que a criança saiba o que pode e o que não pode ser feito. Porém, de acordo com o que defende Menin (1996), quando as regras são impostas - e não construídas em conjunto com o indivíduo que deverá

seguí-las - permanecem exteriores à consciência da criança, o que a leva ao descumprimento das mesmas.

De acordo com De La Taille (1996), o professor deve levar a criança a legitimar as normas morais, de forma a entender que a norma é melhor para todos, a partir de um processo reflexivo, onde o indivíduo participa de sua elaboração de forma autônoma. É importante, também, que o professor leve em conta os processos de que se vale para legitimar estas regras, buscando fazer com que a criança entenda que respeitar as normas é o melhor, mesmo que vá contra um desejo individual. A presente pesquisa apontou que os professores sentem necessidade de se valer de um método “eficiente” que leve a criança a refletir sobre seus atos num momento de erro, que é o que a prática do tapete/cantinho proposta pelo programa oferece. Porém, de acordo com os professores, vale ressaltar que o funcionamento e o objetivo deste método deve estar claro para a criança para que seja funcional.

Os relatos coletados apontam que, para os professores, é importante estabelecer combinados com as crianças e que estes devem e precisam ser lembrados, principalmente quando são descumpridos. Quando os alunos descumprem os combinados, devem ser levados a refletir sobre seu comportamento. Para Vinha (2000), os combinados são regras negociáveis, construídas junto com os alunos. Essas regras visam, em princípio, garantir o bem estar do grupo (sala de aula) e caso não estejam sendo cumpridos, podem e devem ser discutidos e repensados juntamente com os alunos.

A pesquisa apresentou diferentes resultados no que tange à prática dos professores participantes para a construção das regras em sala de aula. Desde a confecção de cartazes, à discussão em roda com a participação de todos, o que fica mais evidente no discurso da maioria dos entrevistados é a necessidade de participação das crianças na elaboração das mesmas. Além disso, muitos entrevistados relataram assumir uma posição de igualdade em relação aos alunos, buscando conversar e combinar, ao invés de ordenar.



Bronfenbrenner (1996) ressalta que a criança é um ser em desenvolvimento, sendo assim, deve-se levar em conta os ambientes em que ela se relaciona, as diversas formas de se comportar e o que aprende com as muitas pessoas com quem convive. Portanto, a concepção de desenvolvimento – no caso, de acato às normas – é constantemente interferida pelo que é percebido, desejado, temido, ou adquirido como conhecimento.

Para os participantes, muitos dos alunos vivem um conflito por terem contato com as regras na escola e em casa desfrutarem de total permissividade, o que dificulta a adequação destes às regras da escola. Para Menin (1996) pais e professores que almejam um bom desenvolvimento moral a seus filhos e alunos, devem primeiramente, considerar suas próprias ações, pois estas são modelos indiscutivelmente seguidos pelos pequenos.

Para Menin (1996), existem algumas ações consideradas necessárias, no que diz respeito a questões não negociáveis, como horários a serem seguidos, violência contra os colegas e contra o professor, dentre outros. De fato em algumas situações é necessário que a autoridade da professora seja posta em prática. No entanto, para a autora, o que acontece em muitos casos é que esta autoridade acaba perdurando por um tempo maior que o necessário, e acaba perpetuando as relações de mando e obediência, o que muitas vezes pode gerar até mesmo um movimento de rebeldia. A autora ressalta a importância do diálogo, mesmo nas situações em que a autoridade do professor precisa prevalecer.

Os professores pesquisados assinalam que a rotina tem uma grande importância, pois a criança se orienta e sente-se mais segura diante da realização da rotina, o que facilita o bom andamento das atividades. A pesquisa indica que os professores trabalham a construção da rotina juntamente com as crianças no momento da roda. As atividades seguem de acordo com a rotina pré-estabelecida (podendo ocorrer mudanças) e as crianças acompanham e cobram quando algo foi modificado. Os dados também indicam que ao final do dia os professores avaliam o que foi realizado e as crianças expõem o que foi feito e, também, o que queriam ter feito e não fizeram.

Para os participantes da pesquisa, as crianças, assim como os adultos, também têm necessidade de expressar seus sentimentos. Muitos relatos ressaltam a importância da expressão dos sentimentos das crianças pautada em relações de confiança com o professor, para que se sintam acolhidas e confiantes. Além disso, enfatiza-se a estreita relação entre o desenvolvimento emocional com o avanço cognitivo da criança.

Vinha e Tognetta (2009) discutem o quanto é importante o professor estimular em seus alunos a resolução dos conflitos através da expressão de sentimentos, pois é através da comunicação que os conflitos podem ser reconhecidos, resolvidos e trabalhados de forma positiva, onde os alunos aprendem a valorizar o diálogo como um recurso importante para se construir boas relações interpessoais, respeitando o outro e a si mesmos.

A visão dos pais também foi algo destacado pelos professores, no sentido de incentivá-los a ouvirem seus filhos, questioná-los sobre seu dia na escola, como se sentiram, o que aconteceu no decorrer do dia, para que as crianças tenham um espaço de conversa com os pais. No entanto, os professores ressaltam que alguns pais não se sentem seguros quando o assunto é a educação de seus filhos e acabam negligenciando alguns pontos primordiais como o diálogo, por exemplo.

Ressaltam, também, a importância de se elaborar estratégias como jogos, caixas da verdade, brincadeiras e atividades lúdicas para que as crianças consigam expressar seus sentimentos de forma livre e sem constrangimentos. Muitos professores afirmaram que lançam mão dessas estratégias na busca por uma melhor resolução de conflitos, melhor convivência em sala de aula, na aproximação das crianças, dentre outros. Os professores salientam que estratégias, quando bem elaboradas, favorecem a boa convivência em sala de aula, pois dá à criança a oportunidade de pensar sobre o que sente, sobre o que o colega sente, em especial quando surgem os conflitos.

Segundo Vinha, Basseto, Vicentin e Ferrari (2009), a perspectiva construtivista acredita que seja importante a criança aprender a identificar e

expressar seus sentimentos, pois esse movimento é importante para seu autoconhecimento e autodomínio. Além disso, o professor deve mostrar-se como exemplo para seus alunos, buscando ele também resolver seus conflitos e expressar seus sentimentos de forma sincera. A criança precisa sentir que pode expressar seus sentimentos de forma irrestrita, que todos os seus sentimentos precisam ser reconhecidos e trabalhados. É preciso auxiliar a criança na percepção de seus próprios sentimentos, ensinando-a a respeitá-los, sabendo também, respeitar os sentimentos alheios.

No que diz respeito às sanções e recompensas, grande parte dos professores participantes apontou a recompensa como uma forma errônea de se trabalhar com os alunos. Questões como agir por interesse, negar-se a trabalhar na ausência de um objeto de desejo oferecido como recompensa, obedecer somente por desejo à recompensa e não pelo respeito ao próximo, e a iminência de um aumento progressivo no “valor” da recompensa a ser oferecida – até que se torne impraticável, e a “tática” caia por terra – foram alguns dos pontos negativos apontados pelos entrevistados.

Vinha (2000) defende que a recompensa dificulta o desenvolvimento de autonomia, favorecendo a heteronomia, e conforme já discutido, pode ser classificada como uma forma “açucarada” de controle e manipulação. A partir do uso constante de recompensas, o adulto influencia a criança a dissimular para alcançar algo de seu interesse, o que causa um efeito ruim tanto para a criança, como para o adulto, que, manipulando a criança, ensina a mesma a manipulá-lo também. A autora afirma que a criança que age de determinada forma a fim de receber algo em troca é tão governada pelo adulto quanto a criança que obedece por medo de punição. Além disso, a criança pode aprender a bajular as pessoas no intuito de conseguir algo ao qual deseja. Este comportamento que pode ser levado pelo sujeito ao longo de sua vida. Contrapondo-se à maior parte dos professores entrevistados que indicaram a recompensa como uma ação negativa, alguns dos participantes afirmam reconhecer esta prática como uma boa forma de incentivo ao aluno.

Justificativas como: - auxílio no discernimento de certo e errado, estímulo para a melhora, simples consequências “boa” para uma atitude “boa” e necessidade de se estimular os pequenos avanços através de elogios - foram apresentadas, como forma de ilustrar à criança o que se deseja ensinar.

Vinha (2000) defende que o uso de recompensas deve ser extinto da forma de lidar e acompanhar o desenvolvimento da criança, por ser uma prática ineficaz e de estímulo à heteronomia de sujeito. Todavia, a autora afirma que a criança tem grande necessidade de ser reconhecida, sentir-se aceita, importante. Por isso, a criança que se sente rejeitada pelo grupo tende a tornar-se agressiva, e mal comportada, pois reconhece que os “bagunceiros” recebem atenção do professor, e assume este papel no intuito de chamar a atenção para si mesma. Assim, o professor precisa refletir que, para esta criança, não necessariamente uma resposta positiva signifique uma aprovação. Ela se sente importante diante de qualquer reação do professor ou dos colegas, pelo simples fato de ter conseguido chamar a atenção.

Para a autora, o professor pode trabalhar no sentido contrário com esta criança: ao invés repreendê-la por algo errado que fez, exaltar uma boa ação que a criança teve no dia. Assim, o professor oferece uma oportunidade ao aluno de refletir sobre seu próprio comportamento, podendo chegar à conclusão de que ela pode se sobressair e obter a atenção do professor e dos colegas pelas atitudes positivas que toma, não pelas negativas. Os professores, em sua grande maioria, assumiram lançar mão de sua autoridade e empregar sanções em situações em que o aluno desobedece, faz bagunça, desrespeita alguém ou quando causa danos à aula, aos colegas, ao próprio professor ou aos materiais que eventualmente possam estar sendo utilizados - jogos, livros, papéis, entre outros -. As sanções mais comuns apresentadas são baseadas no reforço negativo, em que se retira algum objeto de desejo da criança, se retira o direito de brincar, de manusear materiais ou participar de alguma atividade.

Vinha (2000) esclarece que este tipo de sanção normalmente não é eficaz, pois a criança pode sentir-se “em débito” quando faz alguma coisa que

não agrada ao professor. Quando é punida dessa forma, há a sensação de que sua “dívida” está “paga”, e ela está livre para “adquirir nova dívida”. Dessa forma, o professor tende a aumentar cada vez mais a punição, podendo alcançar um nível impraticável. Ainda, nesta situação, a criança pode querer mostrar que a atuação do professor não é eficiente, adotando um mau comportamento, a fim de insultá-lo.

Os professores também utilizam-se do emprego de recompensas concretas no seu trabalho com os alunos. Diferentes formas de recompensar foram apresentadas, tais como figurinhas, adesivos, brinquedos, “dia de brinquedo”, além de ensinamentos às crianças de que quando se faz algo de bom, isso se transforma como consequências positivas, melhorando o convívio, as relações, e outros aspectos, e essas são as recompensas, e, principalmente, os elogios. Tiba (1996, apud Vinha, 2000) ressalta que se o professor passa colocar a obediência às regras ou o estudo como objeto de troca, de barganha, a criança irá fazer o que se pede a ela apenas para agradar ao adulto, ou enquanto estiver recebendo recompensas para tal. Este tipo de barganha acomoda a criança a receber retorno material imediato, assim, ela entende que, se não há recompensa, não há por que realizar o que lhe é pedido.

Quanto aos elogios, Ginott (1974;1989, apud VINHA, 2000) defende que o professor deve policiar-se para não subestimar o poder que suas palavras podem ter. O autor defende que o professor deve utilizar-se de elogios que descrevam os esforços da criança para realizar determinada tarefa, e os bons sentimentos causados pelos mesmos, sem julgar o caráter ou a personalidade da criança.

Em geral, o resultado apresentado pelos professores se baseia na reconsideração das ações por parte do aluno. O respeito mútuo, o diálogo, o entendimento das regras, a responsabilidade e o estímulo a melhorar são alguns dos aspectos apresentados pelos professores como resultado positivo do seu trabalho, baseado no emprego de sanções e recompensas. Alguns entrevistados questionaram a técnica do emprego de sanções e recompensas, afirmando que,

depois de um tempo “pensando” no cantinho da disciplina, as crianças retornam e fazem o que é errado novamente, além de tentarem “enrolar” o professor com carinhos e desculpas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dos relatos coletados pôde-se refletir que os professores conheciam claramente o programa e as estratégias difundidas pela *nanny* para modificar o comportamento e a dinâmica familiar. Além disso, reproduziam algumas das práticas propostas com seus alunos em sala de aula, principalmente no que se refere ao estabelecimento de uma rotina diária e à possibilidade de criar condições para a expressão de sentimentos.

Porém, a marca dos discursos dos professores foi pautada na participação dos alunos na construção das regras e rotinas de acordo com as necessidades vigentes e o respeito às opiniões (o que não acontece na proposta do programa), enfatizando que algumas regras podem ser negociadas e outras não. Ressaltam-se as considerações por parte dos professores de que o programa analisado, com seus procedimentos e intervenções, não objetiva educar as crianças para a autonomia, mas, sim, conseguir obediência, resolver conflitos e melhorar relações a curto prazo.

A análise dos dados indica que os professores até já utilizaram algumas estratégias propostas pelo programa em suas salas de aula, porém possuem uma crítica bem elaborada do programa, principalmente com relação à efetividade dos resultados relacionados à imposição de regras e de rotinas de forma arbitrária e incoerente. Os professores pautam-se na participação ativa de seus alunos na construção das regras e rotinas, priorizando o diálogo, a expressão de sentimentos e o respeito às opiniões ao invés da imposição pela autoridade.

Muitos professores relataram que já utilizavam algumas das técnicas de expressão de sentimentos, que foi vista como uma forma positiva de a criança poder dizer o que pensa sobre o que está acontecendo a sua volta e se sentir

respeitada, em especial quando surgem conflitos. Os professores, porém, ressaltaram algo que não é explorado pelo programa: a expressão de sentimentos pela criança é importante desde que seja espontânea e não forçada e, também, desde que haja uma relação de confiança e de acolhimento por parte do adulto afetivamente envolvido.

A maioria dos profissionais se utiliza de recompensas concretas e elogios como forma de incentivo para conseguir obediência e um “bom comportamento”. Neste item, as respostas mostraram-se diversas, pois muitos utilizam e avaliam positivamente o funcionamento dessa prática, enquanto outros acreditam que esta seja apenas uma forma “maquiada” de manipulação e controle, que não é duradoura.

Embora não explicitem qual a concepção sobre educação que baliza suas intervenções, um aspecto importante percebido ao longo da pesquisa é que esses professores possuem um discurso bastante coerente com uma construção da autonomia moral de seus alunos. Apesar do número limitado de sujeitos da amostra, pôde-se perceber que embora esses professores entrem em contato com as diversas metodologias e sugestões oferecidas pela mídia como forma de orientação, houve uma preocupação em refletir sobre as futuras conseqüências do emprego destes em longo prazo no processo de desenvolvimento moral.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. O ambiente escolar e o desenvolvimento do juízo moral infantil. In: MACEDO, L. (org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 105 – 135, 1996.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médica, 1996.  
BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Nédicas, 1996.

KAMII, C. **A autonomia como finalidade da educação: Implicações da teoria de Piaget**. Universidade de Illinois, Chicago: 1981.

LATAILLE, Y. (2001) A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. R. G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus. p. 9-23, 1996.

MANTOVANI DE ASSIS, O. Z. de. **PROEPRE: Fundamentos teóricos da educação infantil** – 4ª edição, 2002.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores. In: MACEDO, L. (org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 37 – 104, 1996.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

VINHA, T. P. ; BASSETO, C. R. C; VICENTIN, M. R.; FERRARI, M. T. B. Supernanny e S.O S. Babá: um olhar construtivista sobre os procedimentos empregados. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genética**, Volume 2 número 3. Jan-Jul/2009.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. Campinas/SP: Mercado de Letras: 2000.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: Os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogos Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set/dez. 2009.